



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura em Direito

1. Nome da Unidade curricular:

História das Relações Internacionais | Turma A

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: 168

Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Filipe de Arede Nunes e Margarida Seixas (2h)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Luís Cabral de Oliveira (6h)

Francisca Soromenho (4h, turmas ERASMUS)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Com esta disciplina pretende-se que os discentes adquiram uma formação alargada, que os capacite para identificar e compreender os principais factos, ideias, linhas de acção e actores (individuais e colectivos) na História das Relações Internacionais das Idades Moderna e Contemporânea, remontando ao século XVI e avançando até ao século XXI, até aos acontecimentos mais recentes e que suscitam novos problemas para a Teoria e História das Relações Internacionais e para o Direito Internacional.

Também é objectivo da disciplina que os alunos possam trabalhar uma perspectiva ampla da evolução das concepções jurídico-políticas sobre as relações internacionais, visando a aquisição das ferramentas necessárias à análise dos acontecimentos e das ideias que sobre o tema foram sendo elaboradas desde o início do mundo moderno até ao presente, permitindo-lhe construir uma leitura pessoal e crítica das relações, instituições e políticas internacionais da actualidade.

Em suma, os alunos devem ser capazes de conhecer, compreender e analisar criticamente as relações internacionais e a sua História.

6. Conteúdos programáticos:

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS ÉPOCAS MODERNA E CONTEMPORÂNEA

I TEMA: DIREITO DAS GENTES:

I.1. ANTECEDENTES

Como surgiu o *ius gentium*?

I.2 A IDADE MODERNA

Segunda Escolástica, suas correntes e autores

Escola Jusracionalista

Negadores do Direito das Gentes

O século XIX e o positivismo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

II TEMA: ESTADO, RAZÃO DE ESTADO E SOBERANIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

II.1. ESTADO

O contexto político na Alta Idade Média

O conceito de Estado nas Relações Internacionais na época moderna.

II.2. ESTADO E SOBERANIA

Os elementos do Estado e os poderes soberanos; antecedentes medievais; de Nicolau Maquiavel a Jean Bodin.

A Paz de Vestefália: os Tratados de Münster, Osnabruck e dos Pirinéus

A soberania na esfera externa e a sua associação com o Estado: *ius tractum*, *ius legationes*, *ius bellum*.

II.3. RAZÃO DE ESTADO

Razão de Estado e diplomacia.

A boa e má razão de Estado.

Sigilo e relações internacionais.

III TEMA: A GUERRA

III.1. GUERRA JUSTA

Conceito e requisitos da guerra justa: de Santo Agostinho a São Tomás.

Guerra justa, guerra santa e cruzada.

Contexto e autores portugueses: da Reconquista à Expansão.

Guerra justa e Segunda Escolástica: Francisco de Vitória e a guerra no Novo Mundo.

Guerra justa ou guerra jurídica? Suarez e Grócio.

III.2. A REGULAÇÃO JURÍDICA DA GUERRA

A humanização da guerra/ O *ius in bello* (Convenção de Genebra, Convenções da Haia).

A justiça material e a limitação formal do *ius ad bellum* (SDN, ONU).

IV TEMA: MEIOS DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

IV.1. BONS OFÍCIOS E MEDIAÇÃO

Semelhanças e diferenças.

IV.2. A ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMO MEIO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA

Evolução até ao século XIX.

Tipos, vicissitudes. Escolha do árbitro e compromisso arbitral.

Conferências da Haia (1899 e 1907).

As arbitragens portuguesas: contexto, questões, árbitros.

IV.3. EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE RESOLUÇÃO PACÍFICA

O sistema do Pacto SDN e da Carta ONU.

V. O LONGO SÉCULO XIX

V.1. CONCERTO EUROPEU E SISTEMA DE CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

O Tratado de Utreque de 1713.

O Tratado de Amiens de 1802.

O Tratado de Paris de 1815

O Congresso de Viena (contexto, negociação, consequências), a Santa Aliança, o Tratado da Quádrupla Aliança e o Tratado de Aix-la-Chapelle.

Conferências internacionais e equilíbrio geo-político.

V.2. A QUESTÃO AFRICANA: CONTEXTO HISTÓRICO DO SÉCULO XIX E A CORRIDA A ÁFRICA

A Conferência de Bruxelas de 1876 e a criação da Associação Internacional Africana. A Associação Internacional do Congo.

A disputa do Congo/Zaire, o Tratado luso-britânico de 1884.

A Conferência de Berlim de 1884/1885, contexto e negociação, o Acto-geral e o seu conteúdo. O princípio da ocupação efectiva, a doutrina da contiguidade e as esferas de influência (relativa e absoluta).

Pós-conferência de Berlim: o mapa cor-de-rosa e o *ultimatum* inglês a Portugal.



VI. O CURTO SÉCULO XX

VI.1. I GUERRA MUNDIAL E SOCIEDADE DAS NAÇÕES

Antecedentes da Guerra, alianças, Guerras Balcânicas, o *ius in bello*.

“Catorze Pontos” do Presidente Wilson.

Sociedade das Nações: criação, adesões e retiradas; organização interna e funcionamento. Igualdade entre Estados, soberania e unanimidade.

O pacto Kellog-Briand e o período entre guerras. A SDN falhou?

VI.2. II GUERRA MUNDIAL, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - DA GUERRA FRIA À QUEDA DO MURO DE BERLIM

A II Guerra e a nova ordem mundial

Organização das Nações Unidas: antecedentes e criação.

Carta da ONU: objectivos e princípios; o domínio reservado dos Estados.

A ONU e os seus órgãos, em especial a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o TIJ.

Os fins da ONU. Tratamento autónomo de alguns fins:

a) A manutenção da paz e da segurança internacionais à luz da Carta, em especial a actuação do CS. A legítima defesa à luz da Carta. Missões de manutenção da paz - *peacekeeping*.

b) A protecção dos Direitos do Homem: antecedentes.

DUDH de 1946. Pactos de 1966. Convenções adicionais e específicas.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem e outros instrumentos (Comissão Europeia dos DH e Tribunal Europeu dos DH).

Direito de ingerência ou intervenção para “assistência humanitária”.

Tutela judicial penal: os tribunais ad-hoc de Nuremberga e Tóquio; os novos tribunais no final do séc. XX; o Tribunal Penal Internacional.

Guerra fria e conflitos localizados: um equilíbrio muito precário.

O desmoronar do Bloco de Leste e a nova ordem internacional

Terrorismo: conceito, raízes históricas e evolução

VII. O NOSSO TEMPO

VII.1. GLOBALIZAÇÃO

Globalização dos direitos do homem.

Declarações de direitos e sistemas e organizações de tutela.

VII.2. TERRORISMO

Terrorismo e criminalidade organizada. Redes internacionais.

Globalização do Direito Penal

VII.3. DESAFIOS

Europa e União Europeia- que futuro?

Migrações e migrantes: há respostas do Direito Internacional?

Agendas políticas globais (v.g. Declaração do Milénio das Nações Unidas) – meras declarações de intenções?

Novos conflitos internacionais – o Direito Internacional às avessas?

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos que desenvolvem as várias etapas e instituições das relações Internacionais, desde o nascimento do Estado até ao século XX, permitirão compreender com maior profundidade o percurso das relações internacionais e DO Direito Internacional Público das Idades Moderna e Contemporânea

Os conteúdos programáticos que tratam temas da actualidade permitirão construir uma leitura crítica das relações, das instituições e das políticas internacionais do nosso tempo.

8. Metodologias de ensino:

Nas aulas teóricas, terá lugar a exposição dos temas que integram os conteúdos programáticos pela regente, sendo os alunos incentivados a intervir sempre que surjam dúvidas sobre as matérias trabalhadas ou seja suscitado o debate a propósito dos problemas concretamente abordados.

Nas aulas práticas, será privilegiada a discussão das matérias entre os alunos e a sua intervenção espontânea ou planeada, através simulações e exposições, quer individualmente, quer em grupo.

9. Avaliação:

A avaliação segue a metodologia prevista no Regulamento de Avaliação da FDUL.

Os alunos que optem pela Avaliação Contínua serão avaliados em aula prática com elementos de oralidade (participação nas simulações, exposição oral em grupo ou individualmente, presença e participação individual nas aulas) e elementos escritos (comentários a textos e exercícios realizados em aula).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Nas aulas teóricas, serão transmitidos os conteúdos programáticos e indicados os elementos bibliográficos respectivos, permitindo aos alunos o estudo de todos os temas e o aprofundamento das matérias que lhes suscitem maior interesse.

Nas aulas práticas, serão adoptados processos de aprendizagem activos para valorizar a participação assídua dos alunos, promovendo a interacção dos elementos da subturma, em actividades individuais e colectivas, com a oportunidade de optarem pelos temas e questões que lhes pareçam mais interessantes.

11. Bibliografia principal:

- FREITAS, Pedro Caridade de, *História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2025.
- FREITAS, Pedro Caridade de, *História do Direito Internacional Público. Da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Princípia, 2015.
- FREITAS, Pedro Caridade de, *Portugal e a Comunidade Internacional*, Lisboa, Quid Juris, 2012.
- HOMEM, António Pedro Barbas, *História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003.
- HOMEM, António Pedro Barbas e FREITAS, Pedro Caridade de, *Textos de apoio de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2012.
- KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial – Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*, Lisboa, Dom Quixote, 2014.
- KOSKENNIEMI, Martti, *The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001
- MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, Cascais, Principia, 2002.
- MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, Lisboa, Edições 70, 2007.
- MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Lisboa, Edições 70, 2007.
- NYE, Joseph N., *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2002.
- PELLISTRANDI, Benoît, *As Relações Internacionais de 1800 a 1871*, Lisboa, Edições 70, 2002.
- PINTO, António Costa, e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.), *História das Relações Internacionais Contemporâneas – Portugal 1808-2000*, Objectiva/Fundación MAPFRE (Penguin Random House), 2023.
- PINTO, Eduardo Vera-Cruz, *Apontamentos de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2017.

On line:

Relações Internacionais – Revista do IPRI : <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i> (open access).

Recursos bibliográficos do IPRI : <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/livros-e-artigos> (vários recursos em open access).

MPIL RESEARCH PAPER SERIES - Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law: <https://www.mpil.de/en/pub/publications/mpil-research-paper-series.cfm> (open access).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Journal of the history of international law – Revue d’histoire du droit international, Revista do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law: <https://www.mpil.de/en/pub/publications/periodic-publications/jhil.cfm>.

12. Observações:

N/A